

Declaração do CPIG

Outubro 2022

Desde meados dos anos 70 do século XX venhem desenvolvendo-se na Galiza diferentes projetos de luta armada: os irmandinhos (Frente Armada da UPG), Loita Armada Revolucionária (LAR), Exército Guerrilheiro do Povo Galego Ceive (EGPGC), e a resistência galega, o último destes movimento de autodefesa.

Em setembro de 1991 tivo lugar a última ação do Exército Guerrilheiro, e em 1994 a auto-dissolução da Assembleia do Povo Unido (APU), o seu braço político. Fechava-se assim um projeto político-militar que estivo presente quase 10 anos, entre finais de 1985 e 1994, com um saldo de quase 100 ações armadas, quase 30 detidos e 2 guerrilheiros falecidos em combate, Dolores Castro Lamas e José Inácio Vilar Regueiro.

Nas vésperas do 25 de julho de 1995, com o ataque incendiário a umha entidade financeira na Corunha e a posterior detenção e encarceramento baixo a legislação anti-terrorista de dous jovens da Assembleia da Mocidade Independentista (AMI), inicia-se um novo ciclo de violência revolucionária na Galiza, protagonizada em boa medida pola mocidade arredista. Entre 1995 e 2003, num clima de relativa conflitividade social (greves gerais, tratoradas, levantamento estudantil contra a LOU, movimento contra a guerra do Iraque, crise do Prestige...) ensaia-se por primeira vez na Galiza a luta de rua e agitação ilegal com certa sistematicidade, prodigando-se simultaneamente os ataques com artefatos incendiários. Cara finais deste período esta subversão tem já umha alta regularidade e um relevante componente de planificação e organização, assim como bons níveis de execução.

Quiçais um bom expoente de todo isto seja a conversão por primeira vez do Dia da Pátria numha jornada de combate e luta, trasladando-se as noites do 24 de julho em Compostela momentos álgidos desta estratégia de tensão social e de enfrentamento aberto com o Estado. Este período vai sentar as bases da resistência galega, que vai definir-se e configurar-se definitivamente entre 2000 e 2004. Nos momentos álgidos da estafa bancário e o urbanismo depredador que nos levariam à crise económica de 2008, o independentismo galego começa a assinalar e atacar aos seus responsáveis. Em 2005 e 2011 saem à luz o 1º e 2º manifesto pola resistência galega, em 2014 divulga-se um vídeo-manifesto com a intervenção de um guerrilheiro da resistência galega na clandestinidade, e entre 2016 e 2018 aparecem os dous primeiros números do seu vozeiro “A guerrilheira”.

Vam ser quase 20 anos de luta pola defesa da Terra, mais de 20 pessoas encarceradas e mais de 60 ataques com artefatos explosivos e incendiários contra infraestruturas de colonização, entidades financeiras, partidos políticos espanhóis com responsabilidades no regime de ocupação e empresas e pessoas comprometidas com a opressão e exploração da nossa Nação.

Em muitos aspetos, a resistência galega não é homologável a nenhuma outra experiência de luta armada na Galiza, nem sequer o é a nenhuma outra havida no Estado espanhol. Seguramente por

esta razão acabou concitando tanto ruído mediático e tantas especulações a distintos níveis durante tantos anos.

Filho do cambio de século, o novo arredismo galego redesenhou o enfrentamento com Espanha desde parâmetros diferentes aos que marcaram as estratégias político-militares esquerdistas das décadas dos 60, 70 e 80 de toma de poder e assalto ao Estado baixo a tutela de vanguardas dirigentes.

A militância galega concebeu-se a si mesma como “braço armado do povo”, nom de nenhuma estrutura política partidária. O seu braço político foi a comunidade nacional de resistência, que alimentou durante duas décadas a atividade insurgente. As experiências armadas precedentes e o novo contexto social e político vam marcar substancialmente as suas formas e os seus conteúdos. Mais que um poder de Estado e a monopolização do poder político, o seu objetivo estratégico foi a construção de contra-poder popular e autodefesa do território contra a máquina civilizatória do Estado e o Capital. Em consequência, a perspectiva política foi a de armar os movimentos sociais e a comunidade nacional de resistência com as ferramentas da sabotagem e a clandestinidade, formulando um projeto de construção coletiva de poder e soberania desde abaixo, inserido num ecossistema de resistência e contestação.

Por isso mesmo umha das características mais notáveis da resistência galega foi a vontade de invisibilidade mediática, a determinação de nom implicar-se na obscenidade do mercadejo político do capitalismo decrépito e a sua sociedade do excesso, de afastar-se de umha cultura esquerdista que a medida que é mais estéril e impotente mais se afana na catástrofe dos gestos valeiros, a auto-complacência, o exibicionismo e o esteticismo mais degenerado. E se bem é certo que este minimalismo político levou aparelhado alguns inconvenientes de compreensom e classificação além da pequena rede de combate implicada que nos últimos anos começara a corrigir-se na sua justa medida, também o é que esta pulsom por viver, medrar e aprender a luitas no húmus comunitário sem a legitimidade e a benção das diferentes cartas políticas do culto ao prestígio pessoal e dos chutes da civilização egóica, é um facto de incalculável valor.

A autodefesa do nosso povo, o cuidado e a proteção do nosso território som inegociáveis, disso depende a sobrevivência da nossa nação. Nom é possível faze-lo sem humildade, realismo e invisibilidade total ante os aparelhos repressivos do Estado e as suas redes de controlo tecnológico.

Mália que a resistência galega se afastasse do modelo das organizações insurgentes tradicionais, os aparelhos repressivos do Estado Espanhol decidiram que devia ser umha organização terrorista convencional, com todas as da lei, seguindo ao pé da letra o manual de contra-insurgência que vem implementando Espanha nos últimos 70 anos.

Baixo esta premissa mais umha vez, o Estado de exceção democrático volveu golpear ao arredismo galego: controlo massivo dos seus espaços sociais, detenções, cárcere e dispersom de presos/as, acoso mediático, detenções de ativistas políticos e ilegalizações temporais de organizações políticas, persecução e penalização da solidariedade anti-repressiva...

A resistência galega nom foi capaz de sobrepor-se à repressom do Estado e foi, finalmente desativada. A última ação armada tivo lugar em outubro de 2014. As última detenções produzírom-se em junho de 2019. Em janeiro de 2022 tivo lugar o juízo contra quatro independentistas sentenciados em firme a 64 anos de prisom em total, e o 2 de fevereiro dous destes irmaos foram de novo imputados noutra causa por estragos terroristas a raiz do ataque com explosivos em 2014 contra o Concelho de Baralha ocupado polo Partido Popular.

Hoje o Coletivos de Presos/as Independentistas Galegos/as (CPIG) sobrevive nos cárceres espanhóis como face visível e sujeito político da auto-defesa popular, digno referente de umha etapa de luta frontal contra a destruição e domesticação do nosso país. É umha honra para nós formarmos parte desse nacionalismo que leva 45 anos pagando com cadeia a sua firme determinação de nom entregar a nossa terra às bandas político-empresariais que, baixo as diretrizes do Estado capitalista pretendem perpetuar a velha acumulação por despojo.

Sim, os últimos 45 anos -excepto a ausência de prisioneiros/as por breves intervalos- houve sempre presos e presas nacionalistas e arredistas nas cadeias espanholas. Este facto, por si só, desmente os tópicos que o poder colonial tem projetado sobre o corpo social de umha suposta domesticação congénita dos galegos e galegas. Também sabemos devolver os golpes, também sabemos defender-nos.

Desde 2005, o CPIG levou a resistência às prisons espanholas. Os seus membros fórom dispersados por Espanha adiante, classificados em módulos de regime fechado, intervidas as suas comunicações e negados muitos dos seus direitos. Mas conseguiu-se manter vivo e com boa saúde um projeto coletivo de assunção do nosso caráter de presos e presas políticas e de nom acatação do régime carcerário no que supom de ataque à dignidade humana e de impugnação da nossa autonomia, a nossa vontade de ser e de lutar.

O traslado a cárceres espanhóis na Galiza em 2019 e 2020 foi um fito importante. Supujo para nós umha melhora substancial na qualidade de vida tam ligada à necessidade de afetos e atenção de famílias, comunidade política e entorno social.

O CPIG em atenção aos já 8 anos sem ações da resistência galega, aos provavelmente sejam os últimos processos judiciais derivados da luta armada, à deteriorada situação do arredismo trás décadas de submetimento polo régime repressivo espanhol e ao contexto social e político atual, considera chegado o momento de fazer esta declaração de futuro:

Consideramos que as circunstancias acima citadas fecham umha etapa de luta e o CPIG está disposto e em condições de contribuir a que se faga coletivamente e com perspectivas de futuro, em chave política para avançar e nom para retroceder. Quando toca reconstruir, recuperar, centrar e priorizar esforços no fundamental, nom podemos ter abertas demasiadas frentes, é um luxo e é ineficiente. Por esta razão o CPIG adotou por unanimidade a decisão de desativar a frente carcerária exclusivamente naqueles aspetos que implicam, nas atuais circunstancias, um prolongamento inecessário da prisão, o desenraizamento familiar e social e a desconexão dos atuais processos de mobilização social e regeneração política.

Em consequência a partir do 11 de outubro de 2022 o CPIG abre a possibilidade para que os presos e presas que assim o desejem podam acolher-se ao regulamento do régime prisional que possibilita sair da cadeia com permisos temporais antes do licenciamento definitivo e igualmente poder acedes aos 3º graus e á suspensom da execução da condena ou liberdade condicional. Derivado do anterior, também poderám cumprir os requisitos legais e regimentais necessários para a consecução destes objetivos de excarceração temporal e ou definitivo, excetuando a colaboração com Espanha na repressom do nosso movimento e o arrependimento político como ferramenta do Estado para deslegitimar a própria trajetória e a daqueles que combateram.

O CPIG mantem inalteráveis os seus princípios políticos e de vida na cadeia nom afetados polas decisões que acabamos de adoptar.

Princípios políticos

- Reconhecimento da nossa condição de presos políticos.
- Em relação com este reconhecimento, a reivindicação da Amnistia, como contestação de que o exercício político dos e das independentistas galegos esteve enmarcado no que a Declaração Universal dos Direitos Humanos denomina no seu limiar: “O supremo recurso da rebelião”.
- Direito a cumprir a condenação em prisões da Galiza e a fazê-lo de jeito coletivo, reagrupados no mesmo cárcere e na mesma unidade de convivência (no mesmo módulo).
- Direito à intimidade e à privacidade das comunicações.

Princípios de vida na cadeia

- Respeito e defesa da dignidade humana e dos direitos que legalmente nos amparam
- Direito a viver sós na cela, rechaçando a partilha forçada do mínimo espaço vital com qualquer outro recluso.
- Negar-se aos cacheiros integrais, exigindo que pelo menos proporcionem umha bata.

Para finalizar queremos reconhecer e valorar o acompanhamento feito todos estes anos por nossas famílias, o nosso movimento, as organizações de solidariedade e tantas pessoas que título particular se vêm chegando a nós para oferecermos o seu apoio. A todas e todos, obrigadas!

A condição de presos políticos non nos outorga nenhuma prerrogativa, non nos dá direito a maiores quotas de indulgência. Também cometemos erros, temos dúvidas e non somos infalíveis. Por isso perdemos por todos aqueles momentos que non estivemos ou non soubemos estar à altura das circunstâncias ou a nível do vosso carinho e da vossa atenção.

A relativa complexidade do mundo atual, como o seu corolário de dificuldades e adversidades reais ou imaginárias aduzem-se muitas vezes como contexto justificativo de propostas, de deserção, rendições e individualismo militante. Non há complexidade nem dificuldades capazes de eliminar o enorme desafio que o regime de destruição atual nos tem formulado como pessoas, como povo, como terra. Por isso seguimos firmes no caminho. Seguimo-lo juntos e queremos fazê-lo sem deixar a ninguém atrás. Irmãos, irmãs, em nome do fundamental, da vida e da terra, seguimos em luta. A condição extrema da luta é a oportunidade para a nossa liberdade, a nossa autodeterminação e sobrevivência como pessoas e como povo. A luta continua!

Coletivo de Presos/as Independentistas Galegos/as

Prisões da Lama e Teixeira

11 de Outubro – Dia da Galiza combatente - 2022